

3 SET 1995

Impõe-se dar um

Economia Brasil

pára-deiro à deflação

Herbert Levy*



A mensagem que me foi enviada pelo presidente da Copersucar, João Guillerme Sabi-

no Ometto, aplaudindo o artigo do dia 23 de agosto, sob o título "É imperativa a mudança de rumos no governo", traduz a opinião de uma entidade de excepcional importância no setor sucroalcooleiro, que merece atenta consideração.

Diz ele que "a indústria de álcool e açúcar, além de ter os seus preços defasados em mais de 30%, tem que conviver com as altas taxas de juro e dificuldades creditícias".

O governo está conseguindo manter a inflação nos últimos meses entre 2 e 3%, o que é, sem dúvida, um resultado auspicioso. Mas o custo dessa relativa estabilidade monetária deve ser devidamente medido. Finalmente o governo parece sensibilizar-se e procura suavizar os efeitos deflacionários na economia.

A injeção de cerca de R\$ 6 bilhões de recursos no setor de crédito pelo Banco Central, com alguma redução nas taxas de juro, os compromissos assumidos com a bancada ruralista no Congresso, para ampliação de crédito, redução de juros e melhoria de preços no deprimido setor rural, são sinais de que o governo começa a compenetrar-se dos graves inconvenientes de combater a inflação com deflação. Mas faltam algumas medidas de excepcional importância.

A valorização do real ante o dólar continua estimulando importações e afetando fortemente as exportações. Devemos fechar o ano com forte déficit na balança comercial, em cujos saldos, até o ano passado, o Brasil encontrava os recursos para cobrir os déficits do balanço de pagamentos. E agora?

Apertada pela realidade, a equipe econômica estimula a entrada do dinheiro especulativo de prazo curto. Mas o custo desse dinheiro quente é mais alto do que qualquer taxa de juros que

existe no mercado. Atinge facilmente 50% ou mais ao ano! A defesa das finanças do País exige um virtual bloqueio desses investimentos especulativos e, ao mesmo tempo, um estímulo às exportações com taxas cambiais adequadas.

O governo procura melhorar a balança comercial taxando importações em vez de estimular exportações. Temos alinhado uma série de dados que demonstram claramente os efeitos perniciosos de combater a inflação com deflação.

1 - Falências e concordatas recordes, com taxas de juro que chegam a 100% ao ano!

2 - O desemprego, combatido no início do Plano Real, voltou a crescer, as demissões passando a ultrapassar as admissões (35 mil demissões só na indústria paulista nos últimos seis meses e 52 mil na Grande São Paulo).

3 - Os balanços de bancos do semestre revelam crescimento de 500% na inadimplência.

4 - A depressão no setor rural em todo o País só encontra paralelo na crise de 29.

5 - Contas externas negativas, aumento de 7,8% do dinheiro em circulação em julho = a 10,8 bilhões. Sempre o maior culpado é a entrada de capital especulativo.

O presidente Fernando Henrique Cardoso deve compenetrar-se da necessidade inadiável de mudar a política econômico-financeira deflacionária e atentar para a necessidade de amparar os amplos setores empobrecidos por essa política.

Nota: Já estava escrito este artigo quando li na Gazeta Mercantil de ontem comentários do administrador de fundos, Peter Gruber, ao nosso correspondente em Nova York, Getúlio Bittencourt, contrários à taxação do dinheiro quente, aplicado em bolsas. Data venia, os comentários não são convincentes.

*Presidente do Conselho de Administração da Gazeta Mercantil.